



Ministério da Educação
Universidade Federal Rural da Amazônia



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

2º Trimestre de 2020





Ministério da Educação Universidade Federal Rural da Amazônia

Marcel do Nascimento Botelho
Reitor

Marcelo Robson Silva Vilela
Pro Reitoria de Administração e Finanças

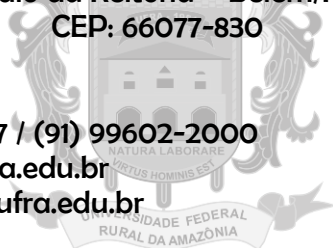
Caitto Arroyo Vasconcellos
Diretoria de Finanças e Contabilidade

Franklyn Oliveira Firmo
Divisão de Contabilidade e Custos

Universidade Federal Rural da Amazônia

Av. Presidente Tancredo Neves, 2501 – Terra Firme
Prédio da Reitoria – Belém/PA
CEP: 66077-830

(91) 3205-4397 / (91) 99602-2000
Site: www.ufra.edu.br
Contato: dfc@ufra.edu.br



Sumário

Apresentação	5
1. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis.....	7
1.1 - Consolidação das demonstrações contábeis	7
1.2 - Conta Única do Governo Federal	8
1.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores	8
1.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros.....	9
1.5 - Restos a Pagar	9
1.6 - Demonstrativos Contábeis.....	10
2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis.....	11
Balço Patrimonial – 2º Trimestre de 2020	16
3. Notas Explicativas Ao Balço Patrimonial – BP	18
3.1 - Ativo Circulante E Não Circulante	18
3.2 - Caixa e Equivalente De Caixa	18
3.3 - Estoques	19
3.4 - Imobilizado	20
3.4.1 - Bens Móveis.....	20
3.4.2 - Bens Imóveis.....	23
3.4.2.1 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão	24
3.5 - Intangível.....	24
3.5.1 - Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment Test	25
3.5.2 - Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível	25
3.6 - Passivo Circulante, Não Circulante E PL.....	26
3.6.1 - Fornecedores e Contas a Pagar.....	26
3.6.2 - Obrigações Contratuais.....	28
3.6.3 - Provisões	29
3.6.4 - Provisões de Longo Prazo.....	30
3.7 - Resultados Acumulados E Patrimônio Líquido	31
Demonstração das Variações Patrimoniais – 2º Trimestre de 2020.....	32
4. Nota Explicativa à Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.....	34
4.1 - Resultado Patrimonial.....	34
4.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas.....	35
4.3 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas.....	35
Balço Orçamentário – 2º Trimestre de 2020.....	37
5. Notas Explicativas ao Balço Orçamentário - BO.....	39
5.1 - Receitas	39
5.2 - Despesas	40
5.3 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar	42
Balço Financeiro – 2º Trimestre de 2020.....	44

6.	Notas Explicativas Ao Balanço Financeiro – BF	45
6.1	- Ingressos financeiros.....	45
6.2	- Dispêndios.....	45
6.3	- Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas	46
6.4	- Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários	47
6.5	- Resultado Financeiro.....	48
	Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2º Trimestre de 2020.....	50
7.	Notas Explicativas à Demonstração Dos Fluxos De Caixa - DFC.....	52
7.1	- Atividades Operacionais	52
7.1.1	- Ingressos.....	53
7.1.2	- Desembolsos.....	54
7.2	- Atividades de Investimento	54
7.3	- Atividades de Financiamento	55
8.	Conclusão	56
9.	Referências	57



Apresentação

A Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, entidade com personalidade jurídica de direito público, instituída pela Lei nº 10.611 de 23/12/2002, cujo marco inicial foi a Escola de Agronomia da Amazônia – EAA, 1951, transformada em 1972 pelo Decreto Nº 70.268 em Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP, vinculada ao Ministério da Educação, tem como missão formar profissionais de nível superior, desenvolver e compartilhar cultura técnico-científica através de pesquisa e extensão, oferecer serviços à comunidade e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da Amazônia, é dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente.

A UFRA é constituída de quatro Institutos Temáticos, que são as unidades responsáveis pela execução do ensino, da pesquisa e da extensão e tem caráter Inter, multi e transdisciplinar em áreas do conhecimento. São eles:

- a) Instituto de Ciências Agrárias;
- b) Instituto de Saúde e Produção Animal;
- c) Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos e
- d) Instituto Ciberespacial.

Os institutos são constituídos por docentes, técnico-administrativos e discentes que nele exercem suas atividades. Cada um dos institutos citados atua em funções relacionadas a seus campos do saber e compactuam entre si o objetivo de ensino, pesquisa e extensão.

Seguindo o planejamento de expansão proposto pela UFRA foram criados quatro campi fora de sede com a adição de mais quatro novos cursos de graduação. São os campi de:

- Paragominas (Agronomia – autorizado pela Portaria MEC nº 945 de 04/08/2008),
- Capitão Poço (Agronomia – autorizado pela Portaria MEC nº 945 de 04/08/2008),
- Santarém (Engenharia Florestal – autorizado pela Portaria MEC nº 945 de 04/08/2008)
- Parauapebas (Zootecnia – autorizado pela Portaria MEC nº 257 de 24/03/2009).

Como principal instituição na região a oferecer educação de terceiro grau na área de Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Engenharia de Pesca e Zootecnia), a UFRA tem um papel a desempenhar no que concerne ao desenvolvimento e implementação de políticas que respondam à demanda da sociedade no setor agrário. Efetivamente, como mão-de-obra qualificada, os diplomados da UFRA são bem representados nas instituições amazônicas de agricultura e ambiente, incluindo órgãos federais, estaduais, municipais e ONGs. Do momento de sua criação até os dias de hoje, em

razão da demanda dos estudantes pelas novas habilidades e conhecimentos, a Instituição se aprimorou em estrutura, em renovação curricular e em recursos humanos, todavia, ainda precisa alcançar patamares nunca antes almejados e para isso precisa está sempre se atualizando.

A localização geográfica da UFRA na Amazônia, com o imenso espaço físico representado por seus campi, por si só, representa um excelente "marketing" institucional, que, associado à interiorização que vem ocorrendo e a uma maior interação com seus ex-alunos permitiriam uma percepção mais abrangente da instituição. Isso poderia resultar numa ampliação das parcerias com outras entidades e uma maior captação de recursos, formando um profissional de melhor qualidade para atender as demandas na área de Ciências Agrárias. Este atendimento exige uma UFRA fortalecida com um nível elevado de satisfação de seus funcionários, tanto os docentes como os técnicos administrativos. Para garantir a sua atuação emergente e o seu bem-estar, é preciso continuar mudando e acreditando na força e na capacidade de se adaptar, inovar e intensificar o seu papel como UNIVERSIDADE.

A UFRA conta ainda com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (FUNPEA), Pessoa Jurídica de Direito Privado, gozando de autonomia patrimonial, financeira e administrativa nos termos da lei e que tem como objetivo apoiar e estimular programas de desenvolvimento sustentado e proteção ao meio ambiente. Fundada em 20 de março de 1997, com sede e foro na cidade de Belém, capital do Estado do Pará, podendo por deliberação do Conselho Curador, estabelecer-se em torno do território nacional.

1. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas da UFRA, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis consolidam as contas contábeis do órgão.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

1.1 - Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a UFRA faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Entra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto que no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de 5º nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

1.2 - Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no UFRA quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

1.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”.

(<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. *(<http://www.conass.org.br>).*

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários).

A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”.

(<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

1.5 - Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas

contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

1.6 - Demonstrativos Contábeis

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados das unidades da UFRA, por meio da análise horizontal e vertical e Inter demonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFRA tendo em consideração as opções e premissas do modelo PCASP.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da UFRA é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c) Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) transferências concedidas; (IV) empréstimos e financiamentos concedidos; (V) adiantamentos; e (VI) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. O ajuste para perdas, calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber ainda não foram iniciados por todos os órgãos vinculados ao MEC.

d) Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

e) Estoques

Compreendem as mercadorias que compõe o almoxarifado. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio

ponderado.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

f) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (I) créditos não tributários; (II) dívida ativa; (III) empréstimos e financiamentos concedidos; (IV) investimentos temporários; e (V) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (I) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (II) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

g) Investimentos

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial - MEP na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (I) valor justo; e (II) custo depreciado. No âmbito da UFRA, não há essa categoria de investimentos.

h) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

i) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da UFRA, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O cálculo referente à depreciação de Bens Imóveis de Uso Especial é realizada pela Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG, em atendimento à Instrução Normativa SPU nº 1, de 02.12.2014, que dispõe sobre as diretrizes de avaliação dos imóveis da União ou de seu interesse, bem como define os parâmetros técnicos de avaliação para cobrança em razão de sua utilização; e à Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10.12.2014, que dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União é registrado no SIAFI pela CCONT/STN.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da UFRA é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da

benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações da UFRA são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (I) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (II) empréstimos e financiamentos; (III) fornecedores e contas a pagar; (IV) obrigações fiscais; (V) obrigações de repartições a outros entes; (VI) provisões; e (VII) demais obrigações.

k) Provisões

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto.

As provisões estão segregadas em seis categorias: (I) riscos trabalhistas; (II) riscos fiscais; (III) riscos cíveis; (IV) repartição de créditos tributários; (V) provisões matemáticas; e (VI) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais o UFRA figura diretamente no polo passivo, estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015,

combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF9, nº 8 de 30 de dezembro de 2015.

I) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Balanço Patrimonial – 2º Trimestre de 2020

EXERCÍCIO 2020	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 17/07/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	33.798.914,02	22.312.984,91	PASSIVO CIRCULANTE	87.673.652,88	68.655.732,92
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.432.148,79	18.947.787,95	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	36.637.971,99	20.785.749,38
Créditos a Curto Prazo	8.267.136,57	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	8.267.136,57	3.271.141,82	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.060.433,31	3.088.001,34
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	99.628,66	94.055,14	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	48.975.247,58	44.781.982,20
ATIVO NÃO CIRCULANTE	917.294.434,80	916.675.325,62	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	53.704,31	53.704,31
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	53.704,31	53.704,31
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	230,49	230,49	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	87.727.357,19	68.709.437,23
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2020	2019
Demais Investimentos Permanentes	230,49	230,49	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	230,49	230,49	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	917.245.826,31	916.655.417,13	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	61.917.147,13	61.069.835,72	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	113.431.360,01	111.610.711,26	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-51.514.212,88	-50.540.875,54	Resultados Acumulados	863.365.991,63	870.278.873,30
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	-5.448.664,67	-44.371.800,17
Bens Imóveis	855.328.679,18	855.585.581,41	Resultados de Exercícios Anteriores	870.278.873,30	919.396.584,77
Bens Imóveis	860.853.681,53	860.853.681,53	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.464.217,00	-4.745.911,30
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.525.002,35	-5.268.100,12	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	863.365.991,63	870.278.873,30
Intangível	48.378,00	19.678,00			
Softwares	48.378,00	19.678,00			
Softwares	48.378,00	19.678,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSÃO 17/07/2020 PAGINA 2

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	951.093.348,82	938.988.310,53	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	951.093.348,82	938.988.310,53

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	25.494.289,59	19.009.928,75	PASSIVO FINANCEIRO	135.003.652,09	40.062.996,32
ATIVO PERMANENTE	925.599.059,23	919.978.381,78	PASSIVO PERMANENTE	68.067.891,90	51.270.063,60
			SALDO PATRIMONIAL	748.021.804,83	847.655.250,61

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	45.095.956,65	46.734.166,09	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	88.902.239,60	63.678.729,72
Atos Potenciais Ativos	45.095.956,65	46.734.166,09	Atos Potenciais Passivos	88.902.239,60	63.678.729,72
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	45.095.956,65	46.734.166,09	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	88.902.239,60	63.678.729,72
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	45.095.956,65	46.734.166,09	TOTAL	88.902.239,60	63.678.729,72

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-94.227.341,38
Recursos Vinculados	-15.282.021,12
Educação	-5.932.462,12
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-180.212,23
Previdência Social (RPPS)	-10.774.359,95
Dívida Pública	1.857,98
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	1.603.155,20
TOTAL	-109.509.362,50

3. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial têm-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, Parte V, 8ª Ed. 2018)

3.1 - Ativo Circulante E Não Circulante

O Ativo Circulante no fim do 2º Trimestre de 2020 equivale a 3,55% em relação ao montante do Ativo Total. Se comparado ao final do exercício de 2019 percebe-se uma diminuição de 1,16%, sendo composto por Caixa e Equivalentes de Caixa com 75,25%, seguidos de Demais Créditos a Curto Prazo 24,46% e Estoques 0,29% em relação ao total do Ativo Circulante, sendo a ordem apresentada por grau de liquidez.

O Saldo do Ativo não Circulante no fim do 2º Trimestre de 2020 equivale a 96,45% do Ativo Total, se comparado ao mesmo período do exercício anterior, observando-se uma retração de 0,01%.

Quadro 01 – Ativo Composição

Ativo	30/06/2020	31/12/2019	AV*	AH*
Ativo Circulante	33.798.914,02	22.312.984,91	3,55	-1,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.432.148,79	18.947.787,95	75,25	34,22
Demais Créditos a Curto Prazo	8.267.136,57	3.271.141,82	24,46	152,73
Estoques	99.628,66	94.055,14	0,29	5,93
Ativo Não Circulante	917.294.434,80	916.675.325,62	96,45	-0,01
Investimentos	230,49	230,49	0,00	0,00
Imobilizado	917245826,3	916.655.417,13	99,99	0,06
Intangível	48.378,00	19.678,00	0,01	145,85
Total do Ativo	951.093.348,82	938.988.310,53	100	-0,03

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

3.2 - Caixa e Equivalente De Caixa

O grupo Caixas e equivalente de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses.

No Quadro a seguir é apresentada a composição do item Caixa e Equivalentes de Caixa, para o 2º Trimestre de 2020 em comparação ao fim do Exercício Anterior.

Quadro 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição

Detalhamento	30/06/2020	31/12/2019	AV*	AH*
CTU - Recursos da Conta Única	1.356.860,06	1.019.381,41	5,34	33,11
Limite de Saque com vinculação de Pgto	7.075.123,93	3.648.663,09	27,82	93,91
Limite de Saque c/ vinc. de Pgto - Ordem P	17.000.164,80	14.279.743,45	66,85	19,05
Caixa e Equivalente de Caixa	25.432.148,79	18.947.787,95	-	34,22

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

Observa-se que 100% das disponibilidades do Caixa e Equivalentes de Caixa são Recursos da Conta Única do Tesouro decorrentes de transferências realizadas pela Secretaria do Tesouro Nacional através do MEC, pode-se notar que houve um aumento neste grupo de 34,22% em relação ao final do Exercício Anterior.

3.3 - Estoques

No Quadro a seguir, apresenta-se a composição do Grupo Estoques, para 2º Trimestre de 2020 em comparação ao fim do Exercício Anterior.

Quadro 03 - Estoques

	30/06/2020	31/12/2019	AH (%)
Estoques	98.628,66	94.055,14	5,93

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Percebe-se um aumento de 5,93% em relação ao fim do Exercício Anterior. No Quadro abaixo demonstra-se a Composição do Grupo Estoques.

Quadro 04 – Estoques - Composição

Conta - Discriminação	30/06/2020	AV (%)
1.1.1.5.6.1.01.00 - Estoques		
Gás e Outros Materiais Engarrafados	4.420,00	4,44
Gêneros de Alimentação	293,70	0,29
Material de Expediente	93.851,28	94,20
Material de Limpeza e Prod. De Higienização	1.063,68	1,07
Total	99.628,66	100

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Tendo em vista a demonstração dos itens que compõe a conta Estoque, observa-se que o Grupo Material e Expediente corresponde a 94,20% do total da conta, seguido de Gás e Outros Materiais Engarrafados com 4,44% do total, esses dois grupos são responsáveis por 98,64% da conta Estoques.

Cabe salientar que mensalmente é realizada a baixa desses materiais conforme requisições e são apuradas através Relatório de Movimentação do Almoxarifado - RMA enviado via Processo SIPAC para os devidos lançamentos de baixa e ajustes necessários, sendo este o documento de suporte para os devido ajustes e baixas no SIAFI.

3.4 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2020, a Universidade Federal Rural da Amazônia apresentou um saldo de R\$ 917.245.826,31 (novecentos e dezessete milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e vinte e seis reais e trinta e um centavos) relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o 2º Trimestre de 2020 e final do exercício de 2019.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	30/06/2020	31/12/2019	AH%
Bens Móveis	61.917.147,13	61.069.835,72	1,39
(+) Valor Bruto Contábil	113.431.360,01	111.610.711,26	1,63
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-51.514.212,88	-50.540.875,54	1,93
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	855.328.679,18	855.593.581,41	-0,03
(+) Valor Bruto Contábil	860.853.681,53	860.853.681,53	0,00
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-5.525.002,35	-5.260.100,12	5,04
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Total	917.245.826,31	916.663.417,13	0,06

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.4.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão 26253 – Universidade Federal Rural da Amazônia em 30/06/2020 totalizavam R\$ 61.917.147,13 (sessenta e um milhões, novecentos e dezessete mil, cento e quarenta e sete reais e treze centavos), e conta com um aumento real de 1,39%

considerando a depreciação que é deduzido do Valor Contábil Bruto e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir:

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	30/06/2020	31/12/2019	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	30.652.117,59	29.504.758,22	3,89
Bens de Informática	29.810.419,14	29.804.276,14	0,02
Móveis e Utensílios	19.860.248,33	19.619.183,98	1,23
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	8.211.063,26	7.882.303,27	4,17
Veículos	12.785.178,03	12.785.178,03	0,00
Bens Móveis em Almoxarifado	11.163.094,76	11.163.094,76	0,00
Armamentos	3.047,16	3.047,16	0,00
Demais Bens Móveis	946.191,74	848.869,70	11,46
Depreciação / Amortização Acumulada	-51.514.212,88	-50.540.875,54	1,93
Total	61.917.147,13	61.069.835,72	1,39

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Dos Bens Móveis registrados na UFRA, 70,82% refere-se ao subgrupo Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, Bens de Informática e Móveis e Utensílios. Em análise verifica-se uma variação positiva no subgrupo Demais Bens Móveis, seguidos de Material Cultural, Educacional e de Comunicação. Quanto a Depreciação, observa-se um crescimento de 1,93% o que leva a uma variação efetiva no total dos Bens Móveis de 1,39% no período analisado.

Durante o 2º Trimestre, analisou-se o método utilizado para o lançamento de valores relacionados a depreciação e pode-se observar uma inconsistência no método de cálculo, tendo em vista que o mesmo era realizado de forma manual e não de forma sistematizada conforme o que preconiza o MCASP e demais normas pertinentes. Diante do fato, durante o Trimestre, tal ocorrência de lançamento foi suspensa e analisa-se uma forma de rever os dados lançados para um eventual reversão e proximidade com a realidade.

Cabe salientar ainda, que durante o 2º Trimestre foi observado que a informação referente a Depreciação dos Bens Móveis não são geradas pelo sistema SIPAC, e segundo o Relatório de Gestão PROAF 2018-2019 a Diretoria de Patrimônio e Material ressalta que “já estão em curso as tratativas relacionadas ao início iminente do SIADS” e ressalta que “enquanto plataforma para exercício de gestão patrimonial representa, no mínimo, uma alteração importante no formato do trabalho desempenhado na Diretoria, que hoje utiliza o SIPAC para registros, controle e gestão dos bens”. Ainda no tocante ao assunto é reconhecido a importância da realização de inventário geral e analítico dos bens. “Ressalta-se que, para a realização do inventário geral e analítico dos bens patrimoniais, objetiva-se formalizar a intenção de parceria com a Coordenadoria de Patrimônio, da UFPA, viando a contratação de serviços de consultoria

e gestão patrimonial, compreendendo os serviços de inventário físico, avaliação e regularização de bens patrimoniais móveis e semoventes, dentre outros serviços correlatos e necessários à plena gestão do patrimônio da UFRA”.

É importante salientar que através da Portaria 232 de 02 de junho de 2020, ficou instituído o Sistema Integrado de Gestão Patrimonial – SIADS, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para o gerenciamento e controle dos acervos de bens móveis, permanentes e de consumo, de bens intangíveis e frota de veículos. Nesta mesma portaria ficou instituído a data de 1º de dezembro de 2021, quando se tratar de autarquias, como é o caso da UFRA, para usabilidade do sistema SIADS em plena produção.

Nesta esteira frisamos a importância deste trabalho prévio, para que se possa alcançar a excelência na gestão e transparência dos dados. Conforme pode-se observar no quadro abaixo, confrontou-se as informações relativas aos relatórios enviados a Divisão de Contabilidade e Custos juntamente com os saldos constantes no SIAFI.

Anexo 1 – Comparação de Saldos – Bens Móveis

CONTA CONTÁBIL	NOME DA CONTA	SALDO SIAFI	SALDO RELATÓRIO	DIFERENÇA
12311.00.00	Bens Móveis - Consolidação	113.432.360,01	141.865.080,16	-28.432.720,15
12311.01.00	Máquinas, Aparelhos, Equip. e Ferramentas	30.653.117,59	30.481.523,45	171.594,14
12311.01.01	Aparelhos de Medição e Orientação	2.687.711,12	2.740.473,68	-52.762,56
12311.01.02	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	419.125,49	412.934,78	6.190,71
12311.01.03	Apar. Equip. Utens. Med. Odont. Labor. Hospitalar	20.063.467,25	19.882.603,84	180.863,41
12311.01.04	Aparelho e Equip. para Esporte E Diversão	31.655,46	31.655,46	0,00
12311.01.05	Equip. de Proteção e Segurança	163.608,37	163.608,37	0,00
12311.01.06	Maq. e Equip. de Mat. Industriais	463.467,83	463.467,83	0,00
12311.01.07	Máquinas e Equipamentos Energéticos	1.954.853,59	1.954.853,59	0,00
12311.01.08	Máquinas e Equip. Gráficos	51.154,93	51.154,93	0,00
12311.01.09	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficinas	150.624,59	155.611,58	-4.986,99
12311.01.10	Equipamentos de Montaria	544,81	544,81	0,00
12311.01.18	Equipamento de Manobra E Patrulha	0,12	0,12	0,00
12311.01.20	Máquinas e Equip. Agrícolas E Rodoviários	3.039.921,97	3.039.941,97	-20,00
12311.01.21	Equipamentos Hidráulicos E Elétricos	108.502,76	105.125,16	3.377,60
12311.01.24	Maquinas e Equipamentos	349.165,39	348.165,39	1.000,00
12311.01.25	Maquinas, Utensílios e Equip Diversos	1.169.313,91	1.131.381,94	37.931,97
12311.02.00	Bens De Informática	29.810.419,14	29.786.925,14	23.494,00
12311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	29.810.419,14	29.786.925,14	23.494,00
12311.03.00	Móveis e Utensílios	19.860.248,33	20.615.985,78	-755.737,45
12311.03.01	Aparelho e Utensílios Domésticos	7.254.122,35	7.434.350,29	-180.227,94
12311.03.02	Maq. Instal. e Utensílios De Escritórios	26.665,70	26.665,70	0,00
12311.03.03	Mobiliário em Geral	12.576.564,80	13.154.969,79	-578.404,99
12311.03.04	Utensílios em Geral	2.895,48	0,00	2.895,48
12311.04.00	Materiais Culturais, Educ. e de Comunicação	8.211.063,26	47.264.964,60	-39.053.901,34
12311.04.02	Coleções e Materiais Bibliográficos	6.379.541,94	45.427.252,57	-39.047.710,63
12311.04.05	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	1.831.521,32	1.837.712,03	-6.190,71
12311.05.00	Veículos	12.785.178,03	12.896.728,03	-111.550,00
12311.05.01	Veículos em Geral	302.350,85	413.900,85	-111.550,00
12311.05.03	Veículos de Tração Mecânica	12.482.827,18	12.482.827,18	0,00
12311.08.00	Bens Móveis Em Almoxarifado	11.163.094,76	0,00	11.163.094,76
12311.08.01	Estoque Interno	1.081.742,07	0,00	1.081.742,07

12311.08.02	Estoque de Distribuição	10.081.352,69	0,00	10.081.352,69
12311.09.00	Armamentos	3.047,16	3.047,16	0,00
12311.99.00	Demais Bens Móveis	946.191,74	810.906,00	135.285,74
12311.99.08	Demais Bens Móveis	97.322,04	0,00	97.322,04
12311.99.10	Material de Uso Duradouro	806.518,02	810.906,00	-4.387,98
12311.99.99	Outros Bens Móveis	42.351,68	0,00	42.351,68
12411.00.00	MATERIAL INTANGÍVEL	0,00	5.000,00	-5.000,00
	TOTAIS:	113.432.360,01	141.865.080,16	-28.432.720,15

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Conforme apresentado, vê-se que em 30 de junho de 2020, existe uma diferença de 28.432.720,15 negativo do saldo registrado no SIAFI em confronto ao enviado pelo Relatório Mensal de Bens Móveis. Essa diferença se dá, inclusive, pelo não cálculo sistematizado da Depreciação pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC. Após o devido levantamento do inventário da Universidade e em posse de relatórios que estejam o mais próximo da realidade, serão realizados os devidos ajustes contábeis com a finalidade de que seja representado o real saldo dos referidos Bens.

Salientamos ainda que mensalmente é indicada tal inconsistência na Conformidade contábil através das restrições 642 e 677, tendo em vista todos os dados explicitados anteriormente.

3.4.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/06/2020 totalizavam R\$ 855.328.479,18 (oitocentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e dezoito centavos) e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição.

	30/06/2020	31/12/2019	AH(%)
Bens de Uso Especial	821.314.924,95	821.314.924,95	0
Bens Imóveis em Andamento	39.516.665,99	39.516.865,99	0
Instalações	21.890,59	21.890,59	0
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-5.525.002,35	-5.268.100,12	4,88
Total	855.328.479,18	855.585.581,41	-0,03

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 92,02% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da Universidade Federal Rural da Amazônia, perfazendo o montante de R\$ 821.314.924,95 em 30/06/2020 a valores brutos. Verifica-se também que neste período apenas houve a depreciação dos bens imóveis o que representa um aumento de 4,88% no valor do exercício anterior, no montante observa-se apenas uma redução de 0,03% em valores gerais levando em consideração que

não aconteceu nenhuma incorporação ou desincorporação de bens imóveis no período analisado.

Em síntese, os bens de uso especiais mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de Imóveis de uso educacional e Edifícios.

Tabela 04 – Bens de Uso Especial – Composição

	30/06/2020	31/12/2019	AH(%)
Terrenos, Glebas	147.874,20	147.874,20	0
Imóveis de Uso Educacional	816.200.481,46	816.200.481,46	0
Edifícios	3.383.314,83	3.383.314,83	0
Imóveis Residenciais e Comerciais	209.457,75	209.457,75	0
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1.030.605,05	1.030.605,05	0
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	343.191,66	343.191,66	0
Total	821.314.924,95	821.314.924,95	0

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.4.2.1 - Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

3.5 - Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (Impairment).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Em 30/06/2020, o Órgão 26253 – Universidade Federal Rural da Amazônia, apresentou um saldo de R\$ 48.378,00 (quarenta e oito mil, trezentos e setenta e oito reais) relacionados a intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2019 e 2º Trimestre de 2020.

Tabela 05 – Intangível – Composição.

	30/06/2020	31/12/2019	AH(%)
Software com Vida Útil Definida			
Software com Vida Útil Indefinida	48.378,00	19.678,00	145,84
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida			
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado			
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado			
Amortização Acumulada			
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			
Total	48.378,00	19.678,00	145,84

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

No intangível, destaca-se o item Software com Vida Útil Indefinida), que representa cerca a totalidade de 100% do grupo. Observa-se uma adição no valor de R\$ 28.700,00 por aquisição de software com vida útil indefinida se comparado com o fim do exercício de 2019.

3.5.1 - Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment Test

O Órgão 26253 – Universidade Federal Rural da Amazônia avalia os ativos do intangível quando há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

3.5.2 - Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da

retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. No período analisado não foram constatados ajustes ou baixas, apenas adições, tendo em vista que software com vida útil indefinida não sofrem amortização.

3.6 - Passivo Circulante, Não Circulante E PL

O Passivo Circulante no 2º Trimestre de 2020 equivale a 9,22% do Total do Passivo e PL, se comparado ao final do exercício anterior, observou-se um aumento de 27,70%. O saldo constante no Passivo Circulante é composto, em ordem de exigibilidade, por Obrigações Trab. e Previdenciárias com 41,79%, Fornecedores e Contas a pagar 2,35% e Demais Obrigações a Curto Prazo 55,86%.

Já no Passivo Não Circulante consta saldo no grupo Obrigações Trab. e Previdenciárias a Longo Prazo, sendo que este saldo equivale a 0,01 do total do Ativo e PL e observou-se que neste grupo não houve alteração no período analisado.

Quanto ao Patrimônio Líquido observa-se que este equivale a 90,78% do Passivo total e apresentou em termos gerais uma redução de 0,79% em relação ao mesmo período do Exercício Anterior, para tanto será apresentado ao final a análise específica quanto ao resultado do Patrimônio.

Quadro 05 – Passivo e Patrimônio Líquido – Composição

Passivo	30/06/2020	31/12/2019	AV*	AH*
Passivo Circulante	87.673.652,88	68.655.732,92	9,22	27,70
Obrigações Trab. e Previdenciárias	36.637.971,99	20.785.749,38	41,79	76,26
Fornecedores e Cont. a Pagar Curto Prazo	2.060.433,31	3.088.001,34	2,35	-33,28
Demais Obrigações a Curto Prazo	48.975.247,58	44.781.982,20	55,86	9,36
Passivo Não Circulante	53.704,31	53.704,31	0,01	0,00
Obrigações Trab. e Previdenciárias	53.704,31	53.704,31	100,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	87.727.357,19	68.709.437,23	9,22	27,68
Patrimônio Líquido	863.365.991,63	870.278.873,30	90,78	-0,79
Resultado do Exercício	-5.448.664,67	-44.371.800,17	-0,63	-87,72
Resultados de Exercícios Anteriores	870.278.873,30	919.396.584,77	100,80	-5,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.464.217,00	-4.745.911,30	-0,17	-69,15
Total do Passivo	951.093.348,82	938.988.310,53	100	1,29

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

3.6.1 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2020, a Universidade Federal Rural da Amazônia apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.060.433,31 (dois milhões, sessenta mil, quatrocentos e trinta e três reais e trinta e um centavos) relacionados com fornecedores e contas a pagar, sendo a totalidade das

obrigações no curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

Tabela 06 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	30/06/2020	31/12/2019	AH (%)
Circulante	2.060.433,31	3.088.001,34	-33,28
Nacionais	2.060.433,31	3.088.001,34	-33,28
Estrangeiros			
Não Circulante	-	-	
Nacionais			
Estrangeiros			
Total	2.060.433,31	3.088.001,34	-33,28

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

A totalidade dos fornecedores e contas pagar do curto prazo se refere aos fornecedores nacionais representando cerca de 100% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2020.

Tabela 07 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	30/06/2020	AV (%)
153034 – Univ. Federal Rural da Amazônia	2.060.433,31	100
Total	2.060.433,31	100

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

O órgão 26253 – Universidade Federal Rural da Amazônia possui apenas uma UG 153034, sendo que a totalidade do grupo consta na referida UG. Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 06 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 30/06/2020.

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	30/06/2020	AV (%)
Fundação de Apoio a Pesquisa	1.344.842,52	65,27
Service Itororo Eireli	452.796,15	21,98
Geocenter Com. Equip. Opticos Eletrônicos	167.293,80	8,12
Tecnalise Piracicabana Com. e Assist.	39.419,00	1,91
J. Kalil Com de Medidores Eireli	20.400,00	0,99
Atrios Comercio Serviços e Manutenção	12.044,73	0,58
Demais	23.637,11	1,15
Total	2.060.433,31	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.6.2 - Obrigações Contratuais

Em 30/06/2020, a Universidade Federal Rural da Amazônia possuía um saldo de R\$ 88.902.239,60 (oitenta e oito milhões, novecentos e dois mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas nos próximos exercícios, apresentando um aumento de 39,61 pontos percentuais se comparado com o fim do exercício anterior.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 09 – Obrigações Contratuais – Composição.

	30/06/2020	31/12/2019	AH (%)
Aluguéis	30.016,50	30.016,50	0,00
Fornecimento de Bens	1.656.195,75	1.646.375,75	0,60
Serviços	87.216.027,35	62.002.337,47	40,67
Total	88.902.239,60	63.678.729,72	39,61

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pela Universidade Federal Rural da Amazônia ao final de 30/06/2020, sendo cerca de 98,10% do total das obrigações contratuais.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/06/2020.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.

	30/06/2020	AV (%)
153034 - Universidade Federal Rural da Amazônia	88.902.239,60	100
Total	88.902.239,60	100

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

A Universidade Federal Rural da Amazônia é composta de apenas um UG, a qual é responsável por 100% das obrigações contratuais até 30/06/2020.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 07 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2020.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	30/06/2020	AV (%)
Polo Segurança Especializada EIRELI	24.906.706,57	28,02
Service Itororó EIRELI	14.912.474,10	16,77
Maz Construções EIRELI	7.728.223,97	8,69
S. Montoril Projetos e Construções Ltda	5.809.343,38	6,53
E. B. Cardoso - EIRELI	5.739.703,76	6,46
Serv. Pred. Serviços - Predial e Ambiental Ltda	4.882.315,93	5,49
R. Figueiredo Pereira & CIA Ltda	4.361.288,44	4,91
Demais	20.562.183,45	23,13
Total	88.902.239,60	100,00

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Em relação aos contratados A, B, C, D e E, eles representam 66,47% do total a ser pago. A seguir é apresentado o resumo das principais transações relacionadas ao objeto de contratação:

Quadro 06 – Contratados – Principais Transações.

Contratado	Objeto
Polo Segurança Especializada	Serviços de segurança na UFRA
Service Itororó - EIRELI	Atividades Auxiliares em Alimentação na UFRA
Maz Construções - EIRELI	Serviços de Obras e Engenharia
S Montoril Projetos e Construções LTDA	Serviços de Obras, Planejamentos e Engenharia
E B Cardoso - EIRELI	Serviço de Apoio Administrativo na UFRA

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.6.3 - Provisões

Em 30/06/2020, a Universidade Federal Rural da Amazônia apresentou um saldo de R\$ 53.704,31 (cinquenta e três mil, setecentos e quatro reais e trinta e um centavos) relacionados a provisões, sendo que sua totalidade se encontra a longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, para os exercícios de 2020 e 2019.

Tabela 12 – Provisões – Composição.

	30/06/2020	31/12/2019	AH (%)
Provisões a curto prazo	-	-	0
Provisões a longo prazo	53.704,31	53.704,31	0
Total	53.704,31	53.704,31	0

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.6.4 - Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído principalmente por Provisões Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a LP (indicar qual a provisão ou provisões) registrada pela UG 153034 no valor de R\$ 53.704,31.

As provisões de longo prazo estão em sua totalidade na UG 153034 tendo em vista que o órgão possui apenas uma Unidade Gestora.

Tabela 13 – Provisões de Longo Prazo por unidade gestora

	30/06/2020	AV (%)
153034 - Universidade Federal Rural da Amazônia	53.704,31	100
Total	53.704,31	100

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

A Unidade Gestora 153034 - UFRA é responsável por 100% do total de provisões a longo prazo.

Tabela 14 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

	30/06/2020	31/12/2019	AH (%)
Obg. Trab., Prev. E Assist a LP	53.704,31	53.704,31	0
Total	53.704,31	53.704,31	0

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

Os valores registrados neste grupo se referem a precatórios registrados em dezembro de 2019 conforme quadro abaixo:

Tabela 15 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

	30/06/2020	31/12/2019	AH (%)
Precatório a pagar em 2021 – Cfe. SEANA/DICOC Processo 23704-69.2019.4.01.8000 – Ano 2020 Registrado através da PA524/2019 NS2573/2019	53.704,31	53.704,31	0
Total	53.704,31	53.704,31	0

Fonte: SIAFI – Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal.

3.7 - Resultados Acumulados E Patrimônio Líquido

Conforme evidencia o Quadro a seguir, o patrimônio líquido do órgão em 30 de junho de 2020 apresenta o valor de R\$ 863.365.991,63.

Quadro 07 - Patrimônio Social e Capital Social - Composição

ESPECIFICAÇÃO	30/06/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Patrimônio Social e Capital Social	-	-		
Adiant. para Futuro Aum. de Capital (AFAC)	-	-		
Reservas de Capital	-	-		
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-		
Reservas de Lucros	-	-		
Demais Reservas	-	-		
Resultados Acumulados	863.365.991,63	870.278.873,30	90,78	-0,79
Resultado do Exercício	-5.448.664,67	-44.371.800,17	-	-87,72
Resultados de Exercícios Anteriores	870.278.873,30	919.396.584,77	-	-5,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.464.217,00	-4.745.911,30	-	-69,15
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	863.365.991,63	870.278.873,30	90,78	-0,79
TOTAL DO PASSIVO E PL	951.093.348,82	938.988.310,53	100,00	1,29

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

No resultado geral do Patrimônio Líquido, observou uma diminuição de 0,79% em relação ao fim do Exercício Anterior sendo o grupo que mais contribuiu para essa diminuição foi o Resultado do Exercício Apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais com resultado negativo de R\$ 5.448.664,67 sendo menor em 87,72% em relação ao do exercício anterior, porém, ainda negativo, gerando assim um resultado no resultado do exercício. Ressalta-se ainda os ajustes de exercícios anteriores que no período analisado equivale a ajustes efetuados nos materiais de consumo após o recebimento do relatório RMA atualizado, dentre outros decorrentes de apropriação de passivo do exercício anterior. Cabe ressaltar que o Patrimônio Líquido equivale a 90,78% do Total do Passivo e PL.

Demonstração das Variações Patrimoniais – 2º Trimestre de 2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2020

PERÍODO
SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
17/07/2020

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	127.571.674,76	127.327.141,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	59.623,69	1.229.671,73
Venda de Mercadorias	25,00	698,60
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	59.598,69	1.228.973,13
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	32.866,13	51.426,74
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	32.866,13	51.426,74
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	127.239.761,89	124.217.758,85
Transferências Intragovernamentais	126.702.661,89	124.218.224,88
Transferências Intergovernamentais	537.100,00	-466,03
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	194.245,56	1.722.914,07
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	5.460,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	194.245,56	1.717.454,07
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	45.177,49	105.370,10
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

EMISSÃO 17/07/2020 PÁGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Tributárias	400,34	5.997,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	400,34	5.997,38
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.612.862,36	4.617.584,19
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	3.914.517,13	4.014.144,27
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	698.345,23	603.439,92
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-5.448.664,67	-46.937.332,11
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2020	2019

4. Nota Explicativa à Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício que é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, 8ª Ed. 2018).

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial.

4.1 - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFRA e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorreram decréscimos nos benefícios econômicos para a UFRA, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Quadro 08 – Resultado Patrimonial do Exercício

Demonstração Variações Patrimoniais	30/06/2020	30/06/2019	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	127.571.674,76	127.327.141,49	0,19
Variações Patrimoniais Diminutivas	133.020.339,43	174.264.473,60	-23,67
Resultado Patrimonial do Período	-5.448.664,67	-46.937.332,11	-88,39

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

O Universidade Federal Rural da Amazônia apresentou um resultado patrimonial de R\$ negativo de R\$ 5.448.66467, tendo sofrido uma redução de mais de 88,39% em relação ao mesmo período do exercício anterior, mas ainda assim um resultado negativo.

4.2 - Variações Patrimoniais Aumentativas

Das Variações Patrimoniais Aumentativas, o item que mais contribuiu para o resultado positivo do período foi o de “Transferências e Delegações Recebidas”, com R\$ 127.239.761,89 milhões, representando 99,74% do total das VPAs, de acordo com a tabela abaixo.

Quadro 09 – Composição das Variações Aumentativas

Demonstração Variações Patrimoniais	30/06/2020	30/06/2019	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	127.571.674,76	127.327.041,49	0,19	100,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	59.623,69	1.229.571,73	-95,15	0,05
VPA Aumentativas Financeiras	32.866,13	51.426,74	-36,09	0,03
Transferências e Delegações recebidas	127.239.761,89	124.217.758,85	2,43	99,74
Valoriz. e ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	194.245,56	1.722.914,07	-88,73	0,15
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	45.177,49	105.370,10	-57,12	0,04

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Dentro do total das “Transferências e Delegações Recebidas”, o subgrupo que retrata 99,32% do saldo é de “Transferências Intragovernamentais”, que são as transferências financeiras recebidas. Elas representam a disponibilidade financeira recebida como contrapartida dos recursos.

Tabela 16 – Representatividade das Transferências e Delegações Recebidas

Variações Patrimoniais Aumentativas	30/06/2020	30/06/2019	AH (%)	AV (%)
Transferências e Delegações Recebidas	127.243.761,89	124.217.758,85	2,44	99,74
Transferências Intragovernamentais	126.706.661,89	124.218.224,88	2,00	99,32
Outras Transferências e Delegações Recebidas	537.100,00	-466,03	0,00	0,42

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

4.3 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Observa-se que do Total das Variações Patrimoniais Diminutivas, o item que teve maior relevância no resultado foi, “Pessoal e Encargos”, totalizando R\$ 87.375.407,51, observando um acréscimo na despesa em 11,07% em relação ao mesmo período exercício anterior, sendo seu impacto em 66,18% do valor total das VPD, seguido de Benefícios Previdenciários e Assistenciais, representando 18,55% do total das VPD e sofreu um acréscimo de 9,64% em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme quadro abaixo:

Quadro 10 – Composição das Variações Diminutivas

Demonstração Variações Patrimoniais	30/06/2020	30/06/2019	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Diminutivas	132.020.339,43	174.264.473,60	-24,24	97,26
Pessoal e Encargos	87.375.407,51	78.663.953,63	11,07	66,18
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.489.506,12	22.335.532,41	9,64	18,55
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	313,01		
Uso de Bens, Serv. e Consumo Capital Fixo	12.666.683,89	20.755.192,51	-38,97	9,59
Transferências e Delegações concedidas	35.382,01	139.763,18	-74,68	0,03
Desv. E Perda de Ativos e Incorp. De Passivos	3.840.097,20	47.746.137,29	-91,96	2,91
Tributárias	400,34	5.997,38	-93,32	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.612.862,36	4.617.584,19	-21,76	2,74

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Balanço Orçamentário – 2º Trimestre de 2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2020	PERIODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO 17/07/2020	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.897.697,00	1.897.697,00	631.202,34	-1.266.494,66
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	143.049,00	143.049,00	72.633,44	-70.415,56
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	75.985,00	75.985,00	38.154,79	-37.830,21
Valores Mobiliários	67.064,00	67.064,00	34.478,65	-32.585,35
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	637.095,00	637.095,00	21.468,90	-615.626,10
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	637.095,00	637.095,00	21.468,90	-615.626,10
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	1.117.553,00	1.117.553,00	537.100,00	-580.453,00
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	30.050.518,00	30.050.518,00	-	-30.050.518,00
Operações de Crédito	30.000.518,00	30.000.518,00	-	-30.000.518,00
Operações de Crédito Internas	30.000.518,00	30.000.518,00	-	-30.000.518,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	50.000,00	50.000,00	-	-50.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	-	-50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2020

PERÍODO
SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
17/07/2020

PÁGINA
3

SUBTÍTULO 26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA

ORÇAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	4.113.638,64	5.684.509,89	3.630.326,95	3.384.863,95	90,00	6.413.194,58
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.113.638,64	5.684.509,89	3.630.326,95	3.384.863,95	90,00	6.413.194,58
DESPESAS DE CAPITAL	3.062.623,76	9.785.418,69	1.752.026,71	1.516.259,80	39.644,91	11.292.137,74
Investimentos	3.062.623,76	9.785.418,69	1.752.026,71	1.516.259,80	39.644,91	11.292.137,74
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.176.262,40	15.469.928,58	5.382.353,66	4.901.123,75	39.734,91	17.705.332,32

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	16.210.169,34	15.099.208,92	-	1.110.960,42
Pessoal e Encargos Sociais	-	13.299.385,35	13.299.385,35	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.910.783,99	1.799.823,57	-	1.110.960,42
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.206.636,00	1.206.636,00	-	-
Investimentos	-	1.206.636,00	1.206.636,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	17.416.805,34	16.305.844,92	-	1.110.960,42

5. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário - BO

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil adequado para demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo composto por um quadro principal, um quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e um Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados (MCASP, 8ª Ed. 2018).

Objetivando facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao BO, bem como as informações relacionadas aos Restos a Pagar.

5.1 - Receitas

Em 30/06/2020, o Balanço Orçamentário da Universidade Federal Rural da Amazônia apresentou receitas realizadas no valor de R\$ 156.071.720,37 (cento e cinquenta e seis milhões, setenta e um mil, setecentos e vinte reais e trinta e sete centavos).

Importante salientar que o déficit apresentado na tabela abaixo, no valor de R\$ 156.702.922,71 (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e dois mil, novecentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos), se deu em virtude do Balanço Orçamentário da UFRA somente contemplar as receitas diretamente arrecadadas pela própria instituição, excluindo-se as transferências recebidas da União e de outros órgãos. Tais transferências constituem a maior parte das receitas da UFRA.

O superávit/déficit é apurado confrontando as receitas com as despesas apresentadas no balanço. Como a maior parte das receitas não está contemplada no balanço, surge o déficit. Ressalta-se que, segundo a 8ª edição do MCASP, este fato não representa irregularidade, haja vista que o balanço da UFRA compõe o BGU que, consolidado, se apresentará em perfeito equilíbrio. Em relação ao total das receitas previstas, constata-se que elas são compostas somente por receitas correntes.

Tabela 17 – Receitas e Despesas por Categoria econômica

Categoria econômica	Previsão / Fixação	Realização / Execução	Real/Exec (%)	AV (%)
Receitas Correntes	1.897.697,00	631.202,34	33,26	100
Receitas de Capital	30.000.518,00	-	0,00	-
Total das Receitas	31.898.215,00	631.202,34	1,98	100
Despesas Correntes	245.279.883,00	156.648.922,71	63,87	99,97
Despesas de Capital	3.039.617,00	54.000,00	1,78	0,03
Total das Despesas	248.319.500,00	156.702.922,71	63,11	100
Déficit		- 156.071.720,37		

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

A tabela seguinte evidencia a representatividade dos grupos de receitas realizadas em

relação às receitas previstas da UFRA na data base de 30/06/2020.

Tabela 18 – Receitas Previstas X Receitas Realizadas

Receitas	Receita Prevista	Receita realizada	AV (%)
Receita Patrimonial	143.049,00	72.633,44	66,51
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	75.985,00	38.154,79	34,94
Valores mobiliários	67.064,00	34.478,65	31,57
Receitas de Serviços	637.095,00	21.468,90	19,66
Serviços Adm. E Com. Gerais	637.095,00	21.468,90	19,66
Transferências correntes	1.117.553,00	15.100,00	13,83
Total	1.897.697,00	109.202,34	100,00

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Percebe-se que a totalidade das receitas realizadas R\$ 109.202,34 refere-se a receitas correntes. No geral, observamos que apenas 6% do total previsto foi realizado até o fim do 2º Trimestre de 2020, sendo todo o valor referente à receita corrente, que tem como fonte de arrecadação as receitas oriundas de inscrições, restaurantes estudantis, arrendamento de espaço físico e de outras receitas eventuais.

Dentre tais receitas correntes, se destacam a Exploração do Patrimônio Público do Estado e Valores Mobiliárias, que representam 66,51% das receitas realizadas até 30/06/2020.

5.2 - Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

No quadro abaixo estão demonstradas a dotação atualizada e as respectivas despesas empenhadas (executadas), por grupo de despesa, conforme classificação orçamentária. Os grupos de Pessoal, Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes referem-se à categoria econômica Despesas Correntes; enquanto que os grupos de Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida referem-se à categoria Despesas de Capital.

Pelos dados do quadro, o grupo de despesa corrente, com destaque para Pessoal e Encargos Sociais, teve uma evolução no segundo trimestre de 2020 para o mesmo trimestre de 2019, que apresentaram um dos maiores acréscimos (5,34%). Analisando o total das despesas empenhadas em relação ao total da dotação atualizada, foram executadas até o segundo trimestre 84,79%. Das Despesas Correntes, o total executado foi de 85,26% e das

Despesas de Capital, 45,80%, apresentando tendências similares, em termos percentuais.

No que diz respeito à composição das despesas, é importante mencionar que dos R\$ 254.566.914,00 de despesas estimadas para o período, somente R\$ 3.039.617,00 milhões se referem a despesas de capital, ou seja, 1,19%. Em relação à estimativa das despesas correntes, R\$ 251.527.297,00 milhões (78,11%), se referem a despesas com pessoal e encargos sociais e R\$ 55.051.873,00 milhões (21,89%) se referem a outras despesas correntes, tais como a própria manutenção da instituição.

Nota-se que grande parte desse valor (92,66%) foi empenhado para cobrir despesas com remuneração de servidores e os respectivos tributos incidentes sobre a folha de pagamento do exercício de 2020. O restante, é referente a empenhos de despesas com custeio das atividades da Instituição (58,84%) e investimentos realizados na infraestrutura da Universidade (45,80%).

Quadro 11 – Despesas Fixadas e Empenhadas por Grupo – Composição

GRUPO DESPESA	jun/20		jun/19		AH (%) (DOT)	AV (%) 2020 EMP/DOT
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas		
1 – Pessoal e Encargos Sociais	196.475.424,00	182.054.824,64	186.518.363,00	131.499.956,88	5,34	92,66
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
3 - Outras Despesas Correntes	55.051.873,00	32.392.792,91	51.977.709,00	26.451.328,97	5,91	58,84
Subtotal Despesas Correntes	251.527.297,00	214.447.617,55	238.496.072,00	157.951.285,85	5,46	85,26
4 - Investimentos	3.039.617,00	1.392.072,00	5.498.858,00	42.185,35	-44,72	45,80
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização Dívida	-	-	-	-	-	-
Subtotal Despesa de Capital	3.039.617,00	1.392.072,00	5.498.858,00	42.185,35	-44,72	45,80
9 - Reserva Contingência	-	-	-	-	-	-
TOTAL	254.566.914,00	215.839.689,55	243.994.930,00	157.993.471,20	4,33	84,79

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

5.3 - Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

O saldo dos Restos a Pagar Não Processados inscritos na Universidade Federal Rural da Amazônia, órgão 26253, em 30/06/2020, foi de R\$ 22.646.190,98 milhões, sendo que desse valor 43,27% refere-se a Despesas Correntes, em sua totalidade inscrito em Outras Despesas Correntes, 56,73% está inscrito em Despesas de Capital, sua totalidade encontra-se em Investimentos.

Quadro 07 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	1	2	3	4	5	Saldo	AV (%)
	RPNP (Inscritos + Reinscritos)	RPNP Cancelados	RPNP (Inscritos – Cancelados)	RPNP Liquidados	RPNP Pagos		
Despesas Correntes	9.798.148,53	90,00	9.798.058,53	3.630.326,95	3.384.863,95	6.413.194,58	43,27
Outras Despesas Correntes	9.798.148,53	90,00	9.798.058,53	3.630.326,95	3.384.863,95	6.413.194,58	43,27
Despesas de Capital	12.848.042,45	39.644,91	12.808.397,54	1.752.026,71	1.516.259,00	11.292.138,54	56,73
Investimentos	12.848.042,45	39.644,91	12.808.397,54	1.752.026,71	1.516.259,00	11.292.138,54	56,73
TOTAL	22.646.190,98	39.734,91	22.606.456,07	5.382.353,66	4.901.122,95	17.705.333,12	100,00

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Após depuração dos valores de restos a pagar, foram identificados alguns cancelamentos de restos a pagar não processados, que constam na tabela abaixo, seguido dos seus respectivos motivos de cancelamento:

Quadro 14 – Depuração de Restos a Pagar Cancelados

Empenho	Data	Valor	Observação
2019NE801030	16/01/2020	90,00	Anulação de empenho de Material de Consumo cfe Solicitação FL. 34 - Proc. 23084.026350/2019-37 - NE800002
2019NE801398	21/01/2020	23.754,91	Anulação total do Empenho tendo em vista a impossibilidade de atendimento - empresa não teve como entregar o objeto exato. - Proc. 23084.018625/2018-88 - NE 800007
2019NE800865	28/02/2020	4.890,00	Cancelamento Cfe Parecer nº 0017/2020/Proc.Ch.ADJ/PFUFRA e despacho nº 5463/2020-PROAF ref. A aquisição de equipamentos para o Campus Paraupabas - Proc. 23084.005639/2019-12 - NE 800865
2019NE800873	22/05/2020	11.000,00	Cancelamento de RP cfe Despacho 7798/2020-SAUD e 6755/2020-SERCONP – Proc. 23084.031252/2019/11
Total		39.734,91	

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Em relação aos Restos a pagar processados e RPNP Liquidados observa-se que 93,62% do total constante no quadro encontra-se pago, restando ainda um saldo total de R\$ 1.180.823,42 que representa 6,78% do total inicialmente inscrito.

Quadro 13 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	Inscritos em Exercício Anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	-	16.210.169,34	15.099.208,92	-	1.110.960,42
Pessoal e Encargos Sociais	-	13.299.385,35	13.299.385,35	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.910.783,99	1.799.823,57	-	1.110.960,42
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.206.636,00	1.206.636,00	-	69.863,00
Investimentos	-	1.206.636,00	1.206.636,00	-	69.863,00
TOTAL	-	17.416.805,34	16.305.844,92	-	1.180.823,42

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

Balanco Financeiro – 2º Trimestre de 2020

TITULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2020	PERIODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSAO 17/07/2020	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	631.202,34	1.280.632,44	Despesas Orçamentárias	215.839.689,55	157.993.471,20
Ordinárias	-	-	Ordinárias	179.441.735,92	136.111.392,49
Vinculadas	631.202,34	1.326.308,47	Vinculadas	36.397.953,63	21.882.078,71
Previdência Social (RPPS)	-	-	Educação	1.292.968,15	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	631.202,34	1.326.308,47	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.027.599,00	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-45.676,03	Previdência Social (RPPS)	33.153.872,00	21.540.443,69
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	923.514,48	34.1635,02
Transferências Financeiras Recebidas	126.702.661,89	124.218.224,88	Transferências Financeiras Concedidas	95.382,01	139.763,18
Resultantes da Execução Orçamentária	117.856.412,57	113.615.244,10	Resultantes da Execução Orçamentária	-	33.807,05
Repasse Recebido	117.856.412,57	113.615.244,10	Repasse Concedido	-	27.695,49
Independentes da Execução Orçamentária	8.846.249,32	10.602.980,78	Repasse Devolvido	-	6.111,56
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.491.884,29	10.546.658,11	Independentes da Execução Orçamentária	95.382,01	105.956,13
Movimentação de Saldos Patrimoniais	354.365,03	56.322,67	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	50.000,00	-
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	45.382,01	105.956,13
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	116.460.103,14	60.615.257,97	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	18.041.964,19	19.975.228,23	Pagamentos Extraorçamentários	21.374.534,97	23.573.611,77
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	98.145.395,16	39.722.598,02	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	16.305.844,92	15.602.113,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	167.566,30	812.374,63	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.901.123,75	7.160.871,78
Outros Recebimentos Extraorçamentários	105.177,49	105.057,09	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	167.566,30	810.626,68
Arrecadação de Outra Unidade	45.177,49	105.057,09	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Demais Recebimentos	60.000,00	-	Saldo para o Exercício Seguinte	25.432.148,79	20.016.103,47
Saldo do Exercício Anterior	18.947.787,95	15.608.834,33	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.432.148,79	20.016.103,47
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.947.787,95	15.608.834,33	TOTAL	262.741.755,32	201.722.949,62
TOTAL	262.741.755,32	201.722.949,62	TOTAL	262.741.755,32	201.722.949,62

6. Notas Explicativas Ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A seguir apresentam-se os ingressos e os dispêndios financeiros ocorridos na data base de 30/06/2020.

6.1 - Ingressos financeiros

Em 30/06/2020, o Balanço Financeiro da Universidade Federal Rural da Amazônia apresentou saldo de R\$ 194.313.686,74 milhões nos ingressos financeiros, apresentando um aumento de 20,36% em relação ao mesmo período de 2019. Verifica-se também que as receitas orçamentárias sofreram uma redução de 73,62%, em virtude da baixa na arrecadação de serviços educacionais e administrativos.

O principal grupo constituinte do saldo dos ingressos financeiros é o grupo Recebimentos Extra Orçamentários e Transferências Financeiras Recebidas, que 92,55% de todas as entradas financeiras. Esse valor refere-se às transferências intragovernamentais repassadas a UFRA pelo governo federal.

As receitas próprias compreendem as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos decorrentes do seu esforço institucional, incluindo prestação de serviços, inscrições em cursos e concursos, cessão de espaço físico, entre outros.

Quadro 15 – Ingressos – Composição

Ingressos	30/06/2020	30/06/2019	AH*
Receitas Orçamentárias	631.202,34	1.280.632,44	-50,71
Transferências Financeiras Recebidas	126.702.661,89	124.218.224,88	2,00
Recebimentos Extra Orçamentários	116.460.103,14	60.615.257,97	92,13
Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalente de Caixa	18.947.787,95	15.608.834,33	21,39
TOTAL	262.741.755,32	201.722.949,62	30,25

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.2 - Dispêndios

Os dispêndios financeiros são constituídos, essencialmente, pelas despesas orçamentárias. No período analisado, dos R\$ 262.741.755,32 milhões de dispêndios financeiros, 82,15%, se referem às despesas orçamentárias que apresentou um acréscimo de

36,61% se comparado ao mesmo período do exercício anterior, em termos percentuais. Essas despesas subdividem-se em dispêndios ordinários e dispêndios vinculados e são executados conforme determinação da Lei Orçamentária Anual.

Observando-se o total dos dispêndios, observamos um acréscimo de 30,25% se comparado ao mesmo período do exercício anterior.

Quadro 16 – Dispêndios - Composição

Dispêndios	30/06/2020	30/06/2019	AH*
Despesas Orçamentárias	215.839.689,55	157.993.471,20	36,61
Transferências Financeiras Concedidas	95.382,01	139.763,18	31,75
Despesas Extra Orçamentárias	21.374.534,97	23.573.611,77	-9,33
Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalente de Caixa	25.432.148,79	20.016.103,47	27,06
TOTAL	262.741.755,32	201.722.949,62	30,25

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.3 - Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao Balanço Orçamentário. Conforme mencionado nas Notas Explicativas do BO que trata do Resultado Orçamentário, os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da “Previsão Atualizada” da Receita, mas na coluna das “Despesas Empenhadas”, à medida que são executados (empenhados) e pagos. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extra orçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

O subgrupo Resultantes da Execução Orçamentária das Transferências Financeiras, são compostos, em sua grande maioria, pelas rubricas: a) cota; b) repasse; c) sub-repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA, movimentados da seguinte forma (mesma sistemática para as concessões):

- a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC: cota;
- b) Recursos financeiros recebidos pelas universidades, institutos e outros do MEC: repasse;
- c) Recursos financeiros recebidos pelas unidades gestoras e campi de cada

universidade ou instituto: sub-repasse.

Já o subgrupo Independentes da Execução Orçamentária das Transferências Financeiras são compostos, em sua grande maioria, para pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referir à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento em exercícios anteriores.

Verifica-se que um dos itens de maior representatividade monetária registrada no BF se refere às Transferências Financeiras (Recebidas), no total de R\$ 126.702.661,89 milhões e que foram transferidos recursos financeiros para Pagamento de RP, o montante de R\$ 50.000,00.

Tabela 19 – Transferências Financeiras Recebidas e Concedidas – Composição

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	jun/20	AV (%)	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	jun/20	AV (%)
Resultantes da Execução Orçamentária	117.856.412,57	93,02	Resultantes da Execução Orçamentária	0,00	0,00
Repasse Recebido	117.856.412,57	93,02	Repasse Concedido	0,00	0,00
Sub-repasse Recebido	0,00	0,00	Sub-repasse Concedido	0,00	0,00
Independentes da Execução Orçamentária	8.846.249,32	6,98	Independentes da Execução Orçamentária	95.382,01	100,00
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.491.884,29	6,70	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	50.000,00	52,42
Demais Transferências Recebidas	-	-	Demais Transferências Concedidas	0,00	0,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	354.365,03	0,28	Movimento de Saldos Patrimoniais	45.382,01	47,58
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
TOTAL	126.702.661,89	100	TOTAL	95.382,01	100

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.4 - Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários

O saldo de crédito empenhado a liquidar do exercício em atendimento ao Art. 103 (Lei nº 4.320/1964), que dispõe que “os restos a pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária”, pois “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas”, nos termos do (Art. 35, II, Lei nº 4.320/1964).

No período, os recebimentos extraorçamentários representaram 44,32% do total dos ingressos financeiros, com aumento de 92,13% em relação ao mesmo período de 2019.

Já os desembolsos extraorçamentários tiveram uma redução de 9,33%, representando 8,13% dos dispêndios do período. Essas despesas não são consignadas na LOA, ou seja, sua

execução independe de autorização legislativa para execução no exercício de 2020. Compreendem, principalmente, as devoluções de recursos referentes a cauções, avais e fianças retidos pela administração pública decorrentes de contratos firmados e, principalmente, os Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Em relação a Inscrição dos restos a pagar não processados e processados equivalem a 99,76 do total de Recebimentos Extraorçamentários no valor total de R\$ 116.187.359,35, sendo que desse total aconteceram pagamentos até 30/06/2020 o total de R\$ 21.206.908,67 sendo 22,93% para restos a pagar não processados e 76,29% para restos a pagar processados.

Tabela 20 – Recebimentos e Pagamentos extraorçamentários – Composição

RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	jun/20	AV (%)	PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	jun/20	AV (%)
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	98.145.395,16	84,27	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.901.123,75	22,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	18.041.964,19	15,49	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	16.305.844,92	76,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	167.566,30	0,14	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	167.566,30	0,78
Outros Recebimentos Extraorçamentários	105.177,49	0,09	Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Arrecadação de Outra Unidade	45.177,49	0,04	Demais Pagamentos	0,00	0,00
Demais Recebimentos	60.000,00	0,05			
TOTAL	116.460.103,14	100	TOTAL	21.374.534,97	100

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

6.5 - Resultado Financeiro

Observa-se que em relação ao mesmo período do exercício anterior houve um aumento no resultado financeiro, gerando um superávit de cerca de 47,13% o que representa R\$ 2.077.091,70 (Dois milhões, setenta e sete mil e noventa e um reais e setenta centavos)

Para o Cálculo do Resultado existem duas metodologias de cálculos, que serão apresentadas a seguir.

Na metodologia 1, o resultado financeiro é obtido pela dedução dos dispêndios do total dos ingressos, não se computando o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tanto do lado dos ingressos quanto do lado dos dispêndios.

Quadro 17 – Resultado Financeiro – Metodologia 01

Ingressos	30/06/2020	30/06/2019
Receitas Orçamentárias	631.202,34	1.280.632,44
Transferências Financeiras Recebidas	126.702.661,89	124.218.224,88
Recebimentos Extra orçamentários	116.460.103,14	60.615.257,97
Dispêndios	30/06/2020	30/06/2019
Despesas Orçamentárias	215.839.689,55	157.993.471,20
Transferências Financeiras Concedidas	95.382,01	139.763,18
Despesas Extra Orçamentárias	21.374.534,97	23.573.611,77
(=)Resultado Financeiro	6.484.360,84	4.407.269,14

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Na metodologia 2, o Resultado Financeiro é o resultado entre o Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa e o Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa.

Quadro 18 – Resultado Financeiro – Metodologia 02

Dispêndios	30/06/2020	30/06/2019
(+) Saldo para o Exercício Seguinte: Caixa e Equivalentes de Caixa	18.947.787,95	15.608.834,33
Ingressos	30/06/2020	30/06/2019
(-) Saldo do Exercício Anterior: Caixa e Equivalentes de Caixa	25.432.148,79	20.016.103,47
(=)Resultado Financeiro	6.484.360,84	4.407.269,14

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Demonstração dos Fluxos de Caixa – 2º Trimestre de 2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2020

PERÍODO
SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO
17/07/2020

PÁGINA
1

SUBTÍTULO 26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA

ORÇAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.207.256,64	11.438.125,07
INGRESSOS	127.606.608,02	126.416.289,04
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	38.154,79	35.456,75
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	21.468,90	1.194.214,98
Remuneração das Disponibilidades	34.478,65	51.426,74
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	537.100,00	-466,03
Intergovernamentais	537.100,00	-466,03
Dos Estados e/ou Distrito Federal	537.100,00	-466,03
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	126.975.405,68	125.135.656,60
Ingressos Extraorçamentários	167.566,30	812.374,63
Transferências Financeiras Recebidas	126.702.661,89	124.218.224,88
Arrecadação de Outra Unidade	45.177,49	105.057,09
Demais Recebimentos	60.000,00	-
DESEMBOLSOS	-118.399.351,38	-114.978.163,97
Pessoal e Demais Despesas	-106.116.623,93	-103.123.066,68
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-20.636.827,79	-19.143.973,25
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-85.479.796,14	-83.979.093,43
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2020 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 17/07/2020 PÁGINA 1

SUBTÍTULO 26253 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA - AUTARQUIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ORÇAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	9.207.256,64	11.438.125,07
INGRESSOS	127.606.608,02	126.416.289,04
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	38.154,79	35.456,75
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	21.468,90	1.194.214,98
Remuneração das Disponibilidades	34.478,65	51.426,74
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	537.100,00	-466,03
Intergovernamentais	537.100,00	-466,03
Dos Estados e/ou Distrito Federal	537.100,00	-466,03
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	126.975.405,68	125.135.656,60
Ingressos Extraorçamentários	167.566,30	812.374,63
Transferências Financeiras Recebidas	126.702.661,89	124.218.224,88
Arrecadação de Outra Unidade	45.177,49	105.057,09
Demais Recebimentos	60.000,00	-
DESEMBOLSOS	-118.399.351,38	-114.978.163,97
Pessoal e Demais Despesas	-106.116.623,93	-103.123.066,68
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-20.636.827,79	-19.143.973,25
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-85.479.796,14	-83.979.093,43
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-

7. Notas Explicativas à Demonstração Dos Fluxos De Caixa - DFC

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. (MCASP, 8ª Ed. 2018).

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro - BF.

Portanto, em 30 de junho de 2020, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 6.484.360,84, apresentando um aumento em relação ao fim do exercício de 2019 em cerca de 47,13% conforme quadro abaixo:

Quadro 19 – Resultado Financeiro – Confronto BF x DFC

Resultado Financeiro BF x DFC	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (Ex. Anterior)	25.432.148,79	20.016.103,47
Caixa e Equivalente de Caixa Final (Ex. Seguinte)	18.947.787,95	15.608.834,33
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	6.484.360,84	4.407.269,14

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

O Grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentada em “Moeda Nacional”.

A Universidade Federal Rural da Amazônia, em 30/06/2020, no item “Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional”, apresentou o saldo de R\$ 18.947.787,95; em comparação ao fim do exercício de 2019, resultando em um aumento percentual de 27,06%.

7.1 - Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extra orçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extra orçamentárias do órgão.

7.1.1 - Ingressos

Dos ingressos, os itens que tiveram a maior contribuição foram o de Outras Transferências Financeiras Recebidas, com R\$ 126.702.661,89 milhões, seguido das Transferências Correntes Recebidas, com R\$ 537.100 mil. Ambos representam 99,76% do total dos Ingressos.

As Transferências Financeiras Recebidas compreendem os recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional, e de outros órgãos da administração pública, para pagamento das despesas orçamentárias do exercício, incluindo os Restos a Pagar (extra orçamentários), relativos a exercício (s) anterior (es).

Nos ingressos vale comentar sobre o item Transferências Financeiras Recebidas que corresponde a 99,71% do total de ingressos, ressaltando às resultantes da Execução Orçamentária compostas em sua maioria pela rubrica repasse. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados pela LOA.

Tabela 21 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Ingressos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/06/2020	30/06/2019	AH (%)
INGRESSOS	127.606.608,02	126.416.289,04	0,94
Receita Patrimonial	38.154,79	35.456,75	7,61
Receita de Serviços	21.468,90	1.194.214,98	-98,20
Remuneração das Disponibilidades	34.478,65	51.426,74	-32,96
Transferências Correntes Recebidas	537.100,00	-466,03	-115.350,09
Intergovernamentais	537.100,00	-466,03	-115.350,09
<i>Dos Estados e/ou Distrito Federal</i>	<i>537.100,00</i>	<i>-466,03</i>	<i>-115.350,09</i>
Outros Ingressos das Operações	126.975.405,68	125.135.656,60	1,47
Ingressos Extraorçamentários	167.566,30	812.374,63	-79,37
Transferências Financeiras Recebidas	126.702.661,89	124.218.224,88	2,00
Arrecadação de Outra Unidade	45.177,49	105.057,09	-57,00
Demais Recebimentos	60.000,00	0,00	-

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.1.2 Desembolsos

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo 12, e não por elemento de despesa (categoria de gasto) conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

No 2º trimestre de 2020 os desembolsos das atividades operacionais referentes às despesas orçamentárias (Pessoal e Demais Despesas + Transferências Concedidas + Outros Desembolsos Operacionais), totalizaram R\$ 118.399.351,38 milhões, tendo a função Educação apresentado o valor mais significativo, no montante de R\$ 85.479.796,14, representando 72,20% do total; seguido de Previdência Social, com R\$ 20.636.827,79, representando 17,43% do total dos desembolsos, cabe salientar que ambos fazem parte do grupo Pessoal e Demais Despesas.

Tabela 22 – Atividades Operacionais - Composição dos principais Desembolsos

ATIVIDADES OPERACIONAIS	30/06/2020	30/06/2019	AH (%)
DESEMBOLSOS	-118.399.351,38	-114.978.163,97	2,98
Pessoal e Demais Despesas	-106.116.623,93	-103.123.066,68	2,90
Previdência Social	-20.636.827,79	-19.143.973,25	7,80
Educação	-85.479.796,14	-83.979.093,43	1,79
Transferências Concedidas	-12.019.779,14	-10.904.707,43	10,23
Intragovernamentais	-12.019.779,14	-10.904.707,43	10,23
Outros Desembolsos das Operações	-262.948,31	-950.389,86	-72,33
Dispêndios Extraorçamentários	-167.566,30	-810.626,68	-79,33
Transferências Financeiras Concedidas	-95.382,01	-139.763,18	-31,75

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.2 - Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. (<http://www.tesouro.gov.br/-/glossario>).

Em termos gerais observa-se uma redução em cerca de 61,27% no total das atividades

de investimento, esse resultado é gerado pela consideração redução de 61,68% no grupo dos Desembolsos nas Atividades de Investimento no grupo de Aquisição de Ativo Não Circulante.

Tabela 23 – Desembolsos por Função de Governo – Atividades de Investimento

	30/06/2020	30/06/2019	AH (%)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-2.722.895,80	-7.030.855,93	-61,27
INGRESSOS	-	-	0,00
DESEMBOLSOS	-2.722.895,80	-7.030.855,93	-61,27
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.694.195,80	-7.030.855,93	-61,68
Outros Desembolsos de Investimentos	-28.700,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Integração de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

7.3 - Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

No 2º trimestre de 2020, não houve registros de ingressos e dispêndios no âmbito do Universidade Federal Rural da Amazônia e de suas Unidades Gestoras.

8. Conclusão

A estrutura conceitual estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais NBCs TSP.

O principal objetivo da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, não obter lucros e gerar retornos financeiros para os acionistas. Por esse motivo, o desempenho dessas entidades só pode ser avaliado parcialmente através da análise do status patrimonial, desempenho e fluxo de caixa.

O RCPG (Relatórios Contábeis de Uso Geral para Entidades do Setor Público) fornece informações aos seus usuários para apoiar o processo de tomada de decisões e prestação de contas e responsabilização (accountability).

Os objetivos das informações contábeis e das estatísticas de finanças públicas são distintos e podem ocasionar interpretações diferentes para o mesmo fenômeno, mas deve-se buscar, sempre que possível, o alinhamento entre essas informações.

O objetivo das demonstrações financeiras de entidades do setor público é fornecer informações contábeis sobre a entidade que reporta as informações, e o objetivo é direcionar os usuários do RCPG para prestação de contas, prestação de contas e tomada de decisão.

Aproveitamos o ensejo para informar que todas as informações relativas à Contabilidade estão disponíveis nos portais da UFRA para apreciação de qualquer cidadão que deseja exercer seus direitos, no que concerne ao processo de fiscalização.

A equipe DCONC/DFC está à disposição da sociedade para prestar os esclarecimentos necessários a uma melhor compreensão dos resultados alcançados no Segundo Trimestre de 2020.

Belém, 31 de julho de 2020.

Franklyn Oliveira Firmo

Contador CRC/RO - 008950

Pró Reitoria de Administração de Finanças

Divisão de Contabilidade e Custos

9. Referências

- Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 8ª Edição – Disponível em: < <https://tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasep>>
- Brasil. Lei Nº. 4320, de 17 de março de 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>
- Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI. Disponível em:< <http://tesouro.fazenda.gov.br/siafi>>
- Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Tesouro Gerencial. Disponível em: < <http://tesourogerencial.tesouro.gov.br>>